



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

A Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, com sede no Setor Policial Sul, Área 05, Quadra 01, CEP: 70.610-905, na cidade de Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.175.497/0001-41, neste ato representada pela Senhora **FÁTIMA APARECIDA FRANÇA QUEIROZ**, Diretora do Departamento de Administração e Logística, nomeada pela Portaria nº 2.281, da Casa Civil da Presidência da República de 12 de dezembro de 2016, publicada no DOU de 13 de dezembro de 2016, inscrita no CPF nº 258.617.511-53, portadora da Carteira de Identidade nº 695.022 SSP/DF, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/200..., publicada no de/...../200....., processo administrativo n.º 00091.0001038/2019-46, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de açúcar, adoçante, café, chá e pilhas para atender a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN/SEDE, especificado(s) no(s) item(ns) 1.1 do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante) DIVCON: DEIXAR APENAS OS ITENS VENCIDOS PELO LICITANTE QUE ASSINARÁ A ATA								
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN. DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDA DE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Açúcar Cristal , de primeira qualidade, de origem vegetal, sacarose de cana de açúcar, acondicionados em saco plástico atóxico, em pacote com 5 quilos, com validade mínima de 12 (doze) meses, contados da data da entrega. Marca:	240709	Pacote de 5Kg	338	901	1127		
2	Adoçante dietético, aspecto físico líquido transparente, ingredientes: sucralose e acesulfame de potássio, bico dosador, frasco com no mínimo 75ml, máximo	407523	Frasco entre 75ml e 100ml	207	554	693		



Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

DIVCON: DEIXAR APENAS OS ITENS VENCIDOS PELO LICITANTE QUE ASSINARÁ A ATA

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN. DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDA DE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
	100ml, 1º linha, com validade mínima de 12 (doze) meses, contados da data da entrega. Marca:							
3	Café categoria qualidade superior, torrado e moído, em pó homogêneo, constituído de grãos tipos 6 cob (classificação oficial brasileira), com um máximo 10% em peso de grãos com defeitos pretos, verdes e ardidos (pva), evitando-se a presença de grãos preto-verdes e fermentados; gosto predominante de café arábica, admitindo-se de café robusta (conilon), com classificação de bebida dura ou superior; com selo de pureza ABIC ou laudo de análise emitido por laboratório habilitado pela Reblas/Anvisa ou Laudo de Análise emitido por laboratório/credenciado pelo Ministério da Agricultura e/ou Ministério da saúde e/ou Inmetro. Acondicionado em embalagem aluminizada, fechada hermeticamente (a vácuo, tipo tijolinho), contendo 500 gramas (quinhentos gramas) cada pacote, com validade mínima de 12 (doze) meses, contados da data da entrega. Das características apresentadas no laudo deverá obter em análise sensorial da bebida realizada por laboratório capacitado, nota de qualidade global igual ou superior a 6,1 pontos, com data de emissão não superior a 3 (três) meses da data de abertura das propostas. Marca:	328906	Pacote 500g	3186	8496	10620		

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

DIVCON: DEIXAR APENAS OS ITENS VENCIDOS PELO LICITANTE QUE ASSINARÁ A ATA

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN. DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDA DE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
4	<p>Café categoria qualidade superior, torrado e moído, em pó homogêneo, constituído de grãos tipos 6 cob (classificação oficial brasileira), com um máximo 10% em peso de grãos com defeitos pretos, verdes e ardidos (pva), evitando-se a presença de grãos preto-verdes e fermentados; gosto predominante de café arábica, admitindo-se de café robusta (conilon), com classificação de bebida dura ou superior; com selo de pureza ABIC ou laudo de análise emitido por laboratório habilitado pela Reblas/Anvisa ou Laudo de Análise emitido por laboratório/credenciado pelo Ministério da Agricultura e/ou Ministério da saúde e/ou Inmetro. Acondicionado em embalagem aluminizada, fechada hermeticamente (a vácuo, tipo tijolinho), contendo 500 gramas (quinhentos gramas) cada pacote, com validade mínima de 12 (doze) meses, contados da data da entrega. Das características apresentadas no laudo deverá obter em análise sensorial da bebida realizada por laboratório capacitado, nota de qualidade global igual ou superior a 6,1 pontos, com data de emissão não superior a 3 (três) meses da data de abertura das propostas.</p> <p>Marca:</p> <p>Cota reservada, art. 48, inciso III, da LC 123/2006.</p>	328906	Pacote 500g	3540	3540	3540		
5	<p>Chá diversos sabores, caixa com 10 sachês de no mínimo 1g cada, validade mínima de 12 meses, contados da data da entrega. Sabores a serem definidos no</p>	9750	Caixa com 10 sachês	250	668	836		



Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

DIVCON: DEIXAR APENAS OS ITENS VENCIDOS PELO LICITANTE QUE ASSINARÁ A ATA

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN. DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDA DE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
	encaminhamento de empenho, entre os listados abaixo: hortelã, erva-cidreira, erva-doce, maçã e morango. Marca:							
6	Pilha pequena , modelo AA, não contém mercúrio e cádmio, sistema eletroquímico alcalina, tensão nominal 1,5 v, deve constar na embalagem que a pilha não contém mercúrio e cádmio. Validade mínima de 12 meses, contados da data de entrega, acondicionadas em cartela de 02 unidades. Informações adicionais do fabricante: só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais. Marca:	403983	Cartela com 2 unidades	126	336	421		
7	Pilha tamanho palito , modelo AAA, não contém mercúrio e cádmio, sistema eletroquímico alcalina, tensão nominal 1,5 v, deve constar na embalagem que a pilha não contém mercúrio e cádmio. Validade mínima de 12 meses, contados da data de entrega, acondicionadas em cartela de 02 unidades. Informações adicionais do fabricante: só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.	403984	Cartela com 2 unidades	303	810	1013		

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
DIVCON: DEIXAR APENAS OS ITENS VENCIDOS PELO LICITANTE QUE ASSINARÁ A ATA								
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN. DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDA DE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
	Marca:							
Total								

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

- 3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.
 - 3.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
- 3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.
 - 3.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).
- 3.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do



descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da data de assinatura, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou



5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.9.1 e 5.9.2 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. DAS PENALIDADES

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

6.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

6.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

7. CONDIÇÕES GERAIS

7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Brasília-DF, de de 2019.

FÁTIMA APARECIDA FRANÇA QUEIROZ
Diretora do Departamento de Administração e Logística

Nome
Cargo/Função
representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)